



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal do Porto

Moção de Censura

- A entrega do Mercado do Bolhão à imobiliária de capitais holandeses TCN pela coligação PSD/CDS-PP que dirige a Câmara do Porto, é bem a imagem do seu desamor pela cidade do Porto.

Aceitar um projecto que prevê a demolição do interior do Mercado do Bolhão (*para rentabilizar o negócio*, como eles dizem), deixar exclusivamente à imobiliária TCN a definição da área afecta ao comércio e mercado tradicional (*cláusula 20.2 do contrato*), entregar ao arbítrio do promotor imobiliário a manutenção ou não dos contratos de arrendamento dos comerciantes (*cláusula 52.6 do contrato*), são apenas três manifestações da escandalosa submissão da Câmara do Porto aos interesses próprios da TCN.

O Executivo dirigido pelo PSD e CDS-PP desistiu há muito de exercer o papel que lhe cabe de protecção e valorização do património da cidade. E assim o Mercado do Bolhão, tal como o Rivoli ou o Ferreira Borges ou o Pavilhão Rosa Mota estão a ser subtraídos à fruição pública.

- A coligação de direita fala muito em coesão social. Mas o que está a aplicar é uma política de “**mão largas para as imobiliárias**” (com o perdão de milhões de euros na Taxa Municipal de Infra-estruturas) e “**mão dura sobre os pobres**” (aumento das rendas municipais muito para além do que prevê o Decreto-Lei nº 166/93, dezenas de despejos ainda baseados no Decreto nº 35106 do tempo de Salazar, moradores com idade avançada forçados a romper laços de vizinhança como no Bairro Leal, expulsão para as periferias de sete mil jovens/ano que querem viver na cidade mas que não têm qualquer possibilidade de aceder à oferta de habitação que é, hoje, monopólio dos privados). Nos anos de democracia e relativamente à situação que decorre do desemprego (que no Porto tem uma taxa que é o dobro da média nacional) e da existência de muita população idosa e de baixíssimos rendimentos, nunca se viu na cidade do Porto uma política tão insensível, tão desumana como a do Executivo de Rui Rio.

- Com a Câmara PSD/CDS-PP há uma indisfarçável intenção de impor o pensamento único. Painéis electrónicos, revistas e páginas na Net são usados, não para a divulgação institucional da actividade do município, mas antes como instrumentos de combate político-partidário contra tod@s que não concordam com a política seguida. Cartazes, faixas ou painéis da oposição são ilegalmente retirados do espaço público. A Lei 24/98 sobre o “direito de oposição” nunca foi cumprida pelo Executivo. Os direitos dos trabalhadores do município e das suas organizações representativas são desrespeitados, o papel da Assembleia Municipal é desvalorizado.

- O acesso à cultura é elemento decisivo da cidadania contemporânea. E a cultura é também ajuda preciosa à revitalização das cidades. A vida mostra, aliás, que as cidades mais desenvolvidas são, justamente, as que estão mais abertas às diferentes expressões

culturais, as que incitam à diversidade. Mas o principal esforço da coligação PSD/CDS-PP foi para deitar abaixo todo o trabalho de criação de novos públicos e novos espaços gerados pela Capital Europeia da Cultura. A entrega (ilegal) do Rivoli a uma empresa privada faz parte do “ajuste de contas” ideológico da direita com os agentes culturais da cidade.

- Hoje, em toda a Europa, há uma outra compreensão da importância dos centros das cidades como elemento de identidade e atracção urbanas. Mas no Porto é ao contrário: o Executivo de Rui Rio abandonou o Centro Histórico, Património Mundial da Humanidade. Em sucessivos orçamentos não consta um único euro de investimento municipal no Bairro da Sé. Todo o empenho foi para destruir, primeiro o CRUARB e depois, em Outubro último, foi a liquidação da FDZHP (que apesar das enormes restrições financeiras tinha recuperado 58 edifícios e realojado 136 famílias). Até os “Caminhos do Romântico”, projecto co-financiado pela U.E., foram deixados ao abandono. E muito significativamente, na alteração de 2006 à macro-estrutura do município, o único departamento municipal extinto foi o da Reabilitação e Conservação do Centro Histórico !

- Contrariando a relevante actuação em matéria ambiental da recém-criada Agência de Energia do Porto, a Câmara dirigida pelo PSD/CDS-PP diminuiu em 10 Kms (de 32,6 para 21,3) a extensão dos corredores Bus utilizados pela STCP. E bastava aumentar um km/hora a velocidade média dos autocarros para que fossem poupados em combustível mais de três milhões de euros/ano. Desde que a coligação PSD/CDS-PP passou a mandar na Câmara nunca foi realizado “*Um dia na cidade, sem o meu carro*”, tema que tem mobilizado anualmente mais de 1.000 cidades europeias. Em vez de medidas para melhorar a qualidade do ar ou reduzir a sinistralidade rodoviária, o Executivo PSD/CDS-PP especializou-se em comprar às centrais de eventos, realizações especialmente devoradoras de energia e geradoras de enormes cargas de gases de efeito de estufa.

Este Executivo PSD/CDS-PP está transformado numa Comissão Liquidatária da cidade e dos próprios serviços camarários, cada vez mais esvaziados das suas funções: recolha dos lixos, vai para privados; tratamento dos espaços verdes junto aos bairros, é para privados; pensar o turismo, entrega-se a operadores privados; a avaliação das mudanças económicas da cidade é externalizada. Até propostas sobre a mobilidade são encomendadas a uma consultora privada.

A coligação de direita que dirige a Câmara julga que por ter ganho as últimas eleições se tornou dona da cidade e que dela pode fazer uma espécie de gato-sapato. A cidade do Porto está a ser desapossada de todo o espaço público mais relevante, mais simbólico. A coligação PSD/CDS-PP está a matar a memória, a identidade e a cultura da cidade do Porto e a aprofundar o seu declínio demográfico, cultural, económico e social.

Assim, a Assembleia Municipal do Porto reunida em 7 de Abril de 2008, nos termos da alínea l) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 (na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro) e em avaliação da acção desenvolvida pelo Presidente e vereadores da coligação PSD/CDS-PP da Câmara do Porto, aprova a presente Moção de CENSURA.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda